

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO  
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA  
SCHMITZ E CIA LTDA - RELATIVO A SUA NÃO  
HABILITAÇÃO EM RAZÃO DE SIMULTÂNEA  
PARTICIPAÇÃO DE OUTRA EMPRESA DOS  
MESMOS SÓCIOS NO MESMO EDITAL N 01/2017  
– SEBRAE/MT.**

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **SCHMITZ E CIA LTDA**.

## **1. DO RECURSO**

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **SCHMITZ E CIA LTDA** contra sua não habilitação em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebida tempestivamente em 04/04/2018, via e-mail.

A recorrente alegou em apertada síntese:

1. Que a inabilitação, fez com que a comissão incorre-se em ato manifestamente ilegal;
2. Que de acordo com o item 2.5, alínea F o impedimento não se refere aos sócios e sim se refere a Pessoa jurídica matriz ou filial credenciada por outro SEBRAE;
3. Que a empresa recorrente não possui outra matriz nem filial e que não é credenciada em outro SEBRAE UF;
4. Requer a revisão da inabilitação.

O recurso foi recebido tempestivamente em 02/04/2018, via e-mail.

É o relatório.

## **2. DO JULGAMENTO**

### **2.1 - PRELIMINARMENTE**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98

(atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

*“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”*

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

## 2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Sobre a impossibilidade de credenciamento simultâneo de várias pessoas jurídicas de sócios em comum, o edital de credenciamento, trouxe esclarecimento aos questionamentos dos licitantes, através do documento denominado de “ESCLARECIMENTOS NR 02” que passou a ser parte integrante do instrumento convocatório. Tal instrumento, trouxe a seguinte previsão:



ESCLARECIMENTOS NR 02 – RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS REFERENTES AO  
EDITAL SGF MT 01/2017

- 1- Eu irei entrar na sociedade da minha esposa, que já é credenciada, para atender o edital; sendo assim, eu ja tenho uma outra empresa de consultoria que no caso, eu também terei que colocar minha esposa na sociedade para atender o edital, posso fazer desta maneira, tendo duas empresas com mesmos sócios?

*R: O SEBRAE-MT não aceitará a inscrição de duas (02) empresas com sócios em comum ou a participação de uma empresa com sócios em comum, uma vez que, tal situação configura afastamento do caráter competitivo do certame e fraude à licitação. Sendo que existe o dever de observância ao princípios da isonomia, bem como os princípios da Moralidade e Impessoalidade em todos os processos de contratação do Sebrae. Por essas razões, caso aconteça a inscrição da empresa com sócios em comum, ficará válida a inscrição da primeira empresa que deu entrada, sendo invalidadas as demais inscrições.*

Importante esclarecer que, a restrição a participação de simultâneas empresas de mesmos sócios no edital, se deu em homenagem ao princípio da isonomia e a competitividade, uma vez que, abriria a possibilidade de que essas empresas, tivessem mais oportunidades de acesso as oportunidades de contratação do que as demais concorrentes que se habilitaram com apenas uma pessoa jurídica.

Desta feita, e para que a empresa não fosse prejudicada, com a inabilitação de ambas as pessoas jurídicas, o edital, trouxe como regra (conforme recorte acima) há permanência de habilitação daquela empresa que primeiro finaliza-se a sua inscrição, sendo que, segundo constam em nossos registros de TI, que a empresa NOVA ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME, finalizou primeiro a sua inscrição na data de 02/01/2018, às 10h:44min:53s, e que a empresa SCHIMITZ E CIA LTDA, finalizou em segundo lugar no dia 12/01/2018, às 12h:11min:27s.

Desta feita, vemos que não há ilegalidade sobre a não habilitação da empresa recorrente, razão pela qual, a Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT recomenda à Autoridade Competente considerar IMPROCEDENTE o recurso apresentado e ora analisado conforme acima, retificando-se os termos do instrumento convocatório e anexos do EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT, bem como permanece inalterado a decisão de inabilitação.

Cuiabá/MT, 05 de Abril de 2018.

*[Documento original assinado no processo]*

**Zaira Pereira de Melo**

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

*[Documento original assinado no processo]*

**Jonilson Anelli**

Membro da Comissão CASGF

*[Documento original assinado no processo]*

**Adriana Rodrigues da Silva**

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso, apresentado pela empresa **SCHMITZ E CIA LTDA**, **mantendo-se a decisão da Comissão do SEBRAE/MT referente ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT**, conforme consta em ata anexa ao edital.

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

*[Documento original assinado no processo]*

**JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO**

**Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso**